



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 38.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1991
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Dirceu Manfrinato, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de pedir a verificação de "quorum" com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a leitura do expediente.

A Ata já foi aprovada. Após a leitura do expediente Vossa Excelência poderá pedir a verificação de "quórum" para o pros-

seguimento da sessão.

O SR. NELSON GARCIA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito ao Senhor 1º Secretário a leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à leitura do expediente).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para justificar a ausência neste Plenário dos Deputados José Tavares e Severino Félix. Tendo em vista o falecimento do sogro do Deputado José Tavares, ocorrido na noite de ontem, na cidade de Londrina; bem como também, anunciar a ausência do Deputado Severino Félix, por motivo de acidente automobilístico envolvendo sua esposa, sem maiores gravidades, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificadas as ausências.

Chamada nominal dos Senhores Deputados para verificação de "quorum" e prosseguimento da sessão.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de retirar a chamada nominal porque me parece já temos "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o pedido.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Telegrama:

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 25 do corrente mês, nos autos da ação direta de inconstitucionalidade nº 483-2, requerente o Governador e requerida essa Assembléia Legislativa, proferiu a seguinte decisão:

"O Tribunal por unanimidade de votos deferiu a medida cautelar e suspendeu a eficácia do art. 25 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná".

Saudações. Ministro Sidney Sanches, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

cia (Art. 14 - RISTF).

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) MINISTRO SIDNEY SANCHES

Vice-Presidente em Exercício

da Presidência do Supremo Tribunal Federal

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 132/91 que denomina de "Rodovia Avelino-Piacentini", o trecho da rodovia PR-317, compreendido entre o município de Campo Mourão e a ponte sobre o Rio Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para os requerimentos, Fórum de Debates para o Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MÁRIO TOZZONI, ocorrido no dia 09 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Eurides Moura, Dobradinho Silva, Duílio Genari e Dirceu Manfrinato.

REQUERIMENTO N° 999-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja registrado votos de congratulações pela passagem do 75° aniversário do ilustre cidadão Dr. João Havelange - Presidente da Federação Internacional de Futebol Association - FIFA.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Inegável que o brasileiro Dr. João Havelange, como homem público, atingiu à frente da Federação Internacional de Futebol expressão superlativa.

Ligou toda sua vida ao esporte, notadamente ao esporte das multidões, levando - como líder internacional - o futebol a

Curitiba, quinta, em 09.05.91

horizontes mais longos.

Há décadas que o nome de Havelange é sempre o escolhido pelas entidades que dirigem esse esporte mundial.

Em 1958, ano da Copa do Mundo em que o Brasil se sagrou pela primeira vez campeão e em cujo campeonato estavam presentes as principais forças do futebol, a taça, então "Jules Rimet", foi pela última vez entregue ao vitorioso por um Presidente que não, Havelange.

De lá para cá, ininterruptamente, sob a direção desse homem público, para nosso orgulho e glória, foi o Brasil, bi em 1962 e tri-campeão em 1970, quando definitivamente ficou com a taça que homenageava o esportista Jules Rimet, que de 1920 a 1954 presidiu a entidade internacional.

Coincidentemente, Jules Rimet, o único dirigente que permaneceu à frente da FIFA até hoje, por mais tempo que Havelange.

O que se revela nesse fato é que o nosso homenageado é um trabalhador criativo e pensa grande.

Pela sua indiscutível inteligência e labor, impulsionou as coisas grandiosas da história do futebol.

Por isso, nossas homenagens.

REQUERIMENTO N° 1008

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o acolhimento como posicionamento oficial do Poder Legislativo, das propostas e conclusões do FÓRUM DE DEBATES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ, realizado por esta Casa, nos dias 07 e 08 de maio próximos passados.

- Carta (anexa) em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade, pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, pelo Congresso Nacional;

- Envio de Carta à revista Veja, em desagravo às instituições de ensino superior do Estado do Paraná, ultrajadas pelo modo simplista e desprovido de parâmetros científicos com que tratou o ensino superior, ignorando a atuação social e a excelente produção de nossas universidades, técnicos, acadêmicos, professores e pesquisadores;

- Acolhimento dos pressupostos aprovados para as instituições estaduais de ensino, conforme anexo de propostas.

Requerem, outrossim, o envio dessas propostas aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Educação, Secretário Nacional de Ensino Superior, Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia, Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado da República, Senadores e Deputados Federais do Paraná, Governador Roberto Requião, Secretários de

Estado da Administração, Casa Civil, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Educação e Cultura, Delegacia Regional do MEC no Paraná e Reitor da UFPR.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO
(a) EMÍLIA BELINATI
(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente a todos os Senadores da República, solicitando aprovação do Projeto de Lei n° 08/91 sobre a substituição do atual modelo Hospitalocêntrico de Saúde Mental.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que os serviços de saúde mental atualmente propiciados à população, centrados no tratamento compulsório dentro de hospitais psiquiátricos fechados, são comprovadamente ineficientes do ponto de vista de recuperação à saúde e onerosos ao erário público;

Considerando que entidades expressivas como a Organização Mundial de Saúde (O.M.S.), Associação Brasileira de Psiquiatria, entre outras, defendem uma política de Saúde Mental em nível ambulatorial, que não segregue o usuário de seu meio familiar e social;

Considerando que manicômios psiquiátricos têm uma história marcada pela participação na tortura e assassinato de presos políticos e continuam, em sua prática atual, a desrespeitar direitos mínimos de cidadania de seus usuários.

REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a criação da REGIÃO ADMINISTRATIVA DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoio: Dalton Machuca.

JUSTIFICATIVA:

Os doze municípios que compõem a REGIÃO ADMINISTRATIVA DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ são unânimes em seu apoio a essa iniciativa, pois Cianorte, pela pujança de sua economia, insere o município entre cidades que mais se destacam no Estado, seja pelo seu desenvolvimento, seja pelo povo laborioso e politizado que contribui efetivamente para torná-la cada vez mais imponente, cada vez mais indispensá-

vel em sua região.

Cianorte, a capital do vestuário é procurada por pessoas de todas as regiões, pois, a qualidade dos produtos apresentados extrapola fronteiras. Agências de turismo incluem a laboriosa cidade em seu roteiro, e a cidade, diariamente vê chegar compradores que, em troca, tornam mais rico o município.

Cianorte dispõe de condições para oferecer assistência educacional, médico-hospitalar, bens e prestação de serviços que a tornam indispensável não somente para os próprios municípios, mas também para habitantes de cidades circunvizinhas que nela encontram, invariavelmente, meios para sanar as deficiências a que se moldam os pequenos municípios, no que tange à aquisição de bens e assistência geral, sem que necessitem locomover-se a distâncias maiores, o que lhes permite, também, economizar tempo e dinheiro.

Diante do exposto, justo se faz que Cianorte torne-se a REGIÃO ADMINISTRATIVA DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ, e para que isto se realize, anexo processo e conto com a colaboração e o senso de justiça do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Ministro do Trabalho e Previdência Social Excelentíssimo Senhor Antônio Rogério Magri.

A "Folha de Londrina", dia 4 de novembro último, em intensa reportagem sob o título "Golpe Bilionário do Salário Família" levanta uma série de irregularidades. Para que possa se inteirar melhor da questão, anexamos xerox da referida matéria.

Certo que Vossa Excelência dará a devida atenção, requeiro as seguintes informações:

1 - Tendo em vista as distorções no referido salário-família, conforme publicação do referido jornal, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) pretende tomar alguma medida?

2 - Por que até agora não corrigiu o valor do referido benefício de forma a cumprir o que preconizam as legislações em vigor (Decreto 83080/79 no seu art. 41, Dec. 89.313/84 no seu art. 99, Lei 7789 e artigos 201 parágrafo 2°, 203 inciso I e 204 inciso II da Constituição Federal bem como o artigo 58 das disposições transitórias?

3 - Que destino foi dado a 84 bilhões de cruzeiros (na época) referentes a diferença entre o que a Previdência Social pagou pelo Salário-Família e o que deveria pagar por lei?

4 - Quando e de que forma a Previdência Social vai ressarcir os trabalhadores que têm direito ao Salário-Família?

5 - Por que um Ministro do Trabalho e ex-líder Sindical, sabedor do valor irrisório do Salário-Família não tomou até o momento a iniciativa de condicioná-lo a realidade ou pelo menos adaptá-lo à lei?

6 - Como se pode interpretar o descaso que o Governo dá para o benefício em questão?

7 - Tomando por base os valores da cesta básica (ora congelada) e do material escolar, condução e uniforme para uma criança de 10 anos. O que pretende o MTPS fazer para corrigir o salário família para adaptá-lo à realidade vigente?

8 - De acordo com o Decreto-Lei nº 399, de 30.04.38 e segundo levantamento do DIEESE, Escritório Regional do Paraná - o Salário suficiente para a aquisição da alimentação para o trabalhador e sua família deveria ser de Cr\$ 35.945,10 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco cruzeiros e dezenove centavos). E, de acordo com a Constituição em seu artigo 7º capítulo II, inciso IV o salário mínimo deveria ser em março/91 de Cr\$ 105.609,00 (cento e cinco mil, seiscentos e nove cruzeiros). Na opinião de Vossa Excelência e desse Ministério, qual deve ser o valor do Salário Mínimo e do Salário Família?

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 999-A

Senhor Presidente.

O Deputado Renato Adur, que a este subscreve, REQUER a Vossa Excelência, que, após consultado o Plenário desta Casa, seja expedido Ofício a Excelentíssima Senhora ROSANE COLLOR, Presidente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, solicitando que além dos recursos conveniados com a FUNAI/PR, a comunidade indígena do Paraná seja contemplada com uma suplementação extraordinária de recursos lhe possibilita amenizar os efeitos da estiagem que dizimou as suas culturas agrícolas.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A população indígena do Paraná ascende, hoje, de 9 (nove) mil índios, em sua maioria estabelecidos em reservas situadas nas regiões Sudoeste, Oeste e Central do nosso Estado.

Por coincidência, as mais fortemente afetadas pela prolongada estiagem que se abateu nos primórdios deste ano.

Não obstante a extensão territorial e a riqueza natural que se observam em suas reservas, intocáveis por obediência à legislação ecológica, a qualidade de sobrevivência foi fortemente afligida pelo de-

Curitiba, quinta, em 09.05.91

samparo que experimentam após a dizimação dos frutos do seu trabalho.

É certo que as providências reclamadas recendem a paternalismo. Mas, é como se abriga em toda legislação pátria, o tratamento que lhes deve ser dispensado.

Urgentemente, pois, devem ser providos os meios de suprir as necessidades que lhes angustiam.

REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e aos representantes do Estado do Paraná no Congresso Nacional, o pronunciamento feito no Plenário desta Casa de Leis, na Sessão Ordinária do dia 10 de abril de 1991, pelo nobre Deputado Heinz Georg Herwig, alertando sobre a necessidade da construção da BR-101 no Paraná, trecho Garuva BR-277.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O pronunciamento anexo ao presente, dispensa justificativa.

Como engenheiro, que durante toda a vida profissional percorreu os caminhos deste País, construindo desde modernas rodovias até simples estradas rurais, é que venho a este Plenário expor uma das preocupações que há muito tempo me assalta.

Todos sabemos que a Nação atravessa momentos de angústia, com uma recessão que provoca multidões de desempregados e um enorme número de carências, incluindo-se aí os atendimentos sociais mínimos que uma Nação deve aos seus filhos como habitação, a saúde, a alimentação, a educação, o saneamento básico, e porque não a garantia do direito de ir e vir por caminhos seguros.

Faz parte da minha concepção política, onde as garantias democráticas são intocáveis, que só com investimentos no setor produtivo e na área de infraestrutura vigiada por uma austera política fiscal é que poderemos reverter o atual quadro recessivo, possibilitando um sólido e irreversível avanço social.

Todavia, na atual crise com poucos recursos e tantas obrigações, necessário se faz uma clara definição de prioridades, identificando-se aquelas cuja execução propiciem o crescimento, ou pelo menos, a continuidade da atividade econômica.

Dentro deste quadro, quero externar a este Plenário, a preocupação que trago desde quando pude servir ao meu Estado,

como Secretário de Transportes.

Sempre que se aproxima a época de maior incidência de chuvas, surge o fantasma da interrupção da BR-277, que liga Curitiba a Paranaguá.

Imaginem, Senhores Deputados, o Paraná sem o acesso rodoviário ao Porto de Paranaguá. O reflexo disto seria sentido imediatamente em todo o Estado, pois com a economia dependente da exportação de grãos, surgiriam custos adicionais insustentáveis.

Existe uma solução para este problema, apregoado há muito tempo, que é a construção da BR-101 em território paranaense.

Mesmo sem ser responsabilidade do Estado, determinamos, quando Secretário dos Transportes, a execução do Projeto de Engenharia deste trecho, da Rodovia BR-101, ligando Garuva a Alexandra, na BR-277.

Fizemos depois, inclusive, um Projeto alternativo, ligando Garuva até a Rodovia Alexandra-Matinhos, barateando ainda mais o seu custo.

Era o início da campanha que pretendia, finalmente, executar a nossa BR-101.

Vejam, Senhores Deputados, a BR-101 inicia no Rio Grande do Norte, atravessa o País inteiro, na sua região litorânea, e vai até o Rio Grande do Sul. E só não foi construída no Paraná, causando enormes prejuízos ao nosso Estado.

Isto tem que acabar! Só com a integração da nossa classe política, da nossa classe empresarial, é que poderemos concretizar esta obra.

É importante ressaltar que nas duas alternativas estudadas, preocupou-se sobremaneira com a preservação do meio ambiente, para evitar o que tem ocorrido constantemente na BR-101, no trecho Rio-Santos, onde após cada chuva, há interrupção do tráfego.

Muito importante, também, e que merece destaque, é que esta obra não se limita apenas a uma alternativa rodoviária ao nosso Porto.

Pode-se considerar como certo um significativo aumento de carga geral ao Porto de Paranaguá, originária do Sul do País, carga esta que cada vez mais caracteriza os grandes portos de países desenvolvidos..."

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência poderá usar o horário da Liderança do PSDB.

O SR. HEINZ HERWIG - Pois não. Obrigado.

(Lendo): "...e que hoje, para chegarem a Paranaguá, têm que subir e descer a mesma Serra do Mar, onerando em muito o custo do nosso frete.

Em segundo lugar, teremos a possibilidade já prevista no Projeto, de um acesso

a Guaratuba, que eliminaria as discutidas filas no "Ferry Boat", que atravessa a Baía de Guaratuba.

Finalmente, vale citar apenas para conhecimento de todos, que a alternativa mais econômica tem uma extensão total de apenas 44 quilômetros, com um acesso a Guaratuba de mais 16 quilômetros.

O investimento, sabemos bem, é grande. Mas se justifica plenamente, pois muito pior seria o prejuízo do Paraná como um todo, se o Porto de Paranaguá ficasse isolado por via rodoviária.

Portanto, mais do que reivindicar, deixo aqui o meu alerta às autoridades responsáveis e aos nobres Deputados. É preciso que na retomada do desenvolvimento no Estado e no País, quando definirem-se as prioridades, não seja esquecida a BR-101, pois esta, sem dúvida, é a prioridade entre as prioridades."

O SR. Lourenço Fregonese (aparte) - O Senhor me dá um aparte, Deputado?

Eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, e nós que somos Deputados pela região do litoral, nos engajamos nessa sua luta pela BR-101, mas que não fique nessa conversa, pois o Estado do Paraná é o único Estado da Federação que não tem nenhum pedaço da BR-101 no seu território.

Nós que vivemos no litoral, que temos o maior e o melhor Porto do Brasil, necessitamos já da BR-101, e o Senhor tem neste Deputado um aliado nesta sua luta. Conte com a gente e eu o parabenizo.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado, Deputado.

"Nós, de fato, claro, existem várias prioridades, mas no setor rodoviário, no Brasil, não existe nenhuma rodovia tão prioritária como a BR-101. Ela servirá de opção para a 277 e também para a Curitiba-Garuva, que são duas rodovias que já não comportam mais o tráfego que possuem. E só com a união de esforços da classe política é que vamos poder finalmente conquistar a BR-101 no nosso Estado, porque ela já existe no País inteiro."

O SR. Cleiton Kielse - Deputado, um aparte, por favor?

Deputado, eu estive em Brasília na primeira semana do meu mandato, e tive a satisfação de ouvir da boca do Secretário Nacional dos Transportes, apesar de não ser Deputado do litoral, que estão estudando a viabilidade da construção desta estrada. E parabenizo à "Paraná em Páginas", uma revista destacada, pela dedicação ao litoral e pela dedicação à esta estrada. Esta revista divulga a necessidade, a urgência desta estrada.

Eu fui a Brasília atrás da 476, a li-

gação Bocaiúva-Adrianópolis, é uma reivindicação minha, e soube da boca do Secretário Nacional dos Transportes, que a sua estrada está na frente da minha.

Muito obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Deputado, eu queria lhe informar, inclusive, que a viabilidade desta estrada já foi feita. Este estudo de viabilidade já foi concluído, foi o Estado do Paraná que o executou, às suas custas. Já existe o projeto final de engenharia, com túnel, com obras de arte, com tudo que tem que ser feito. Agora precisa apenas que o Governo Federal defina recursos para que se inicie a obra. É a única coisa que falta! Que se coloque como prioridade no seu programa de obras. Eu tenho certeza que esta Assembléia dará respaldo à Bancada Federal do Paraná, para que esta obra seja incluída no orçamento do próximo ano.

Muito obrigado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 168/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Casa de Caridade São Vicente de Paulo", com sede e foro no município de Joaquim Távora.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

A "Casa de Caridade São Vicente de Paulo", é uma entidade reconhecidamente destinada a prestar ajuda a pessoas carentes, sem distinção de idade, de raça ou credo religioso, fornecendo pernoites e refeições, sobrevivendo tão somente de doações, legados e donativos.

Reconhecê-la como Utilidade Pública, implica em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e cooperativismo, uma vez que a mencionada entidade tem realizado um exemplar trabalho em favor dos necessitados em sua área de atuação.

Pelas razões acima expostas, nada mais justo que a "Casa de Caridade São Vicente de Paulo" venha a ser reconhecida como sendo de utilidade pública, para cuja preposição contamos com o apoio do douto Plenário.

PROJETO DE LEI N° 169/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Curitiba, quinta, em 09.05.91

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CLEVELÂNDIA", com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n° 6.994/78, estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual, o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Clevelândia", com sede e foro na cidade de Clevelândia, com C.G.C. n° 80871007/0001-18.

Fundada em 31 de outubro de 1989, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria, bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, sob n° 208 às fls. 60 do livro n° 02 de Pessoas Jurídicas, de 06 de dezembro de 1989.

Seu Estatuto por si só traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CLEVELÂNDIA, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fito lucrativo, não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 170/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a "REGIÃO ADMINISTRATIVA DE UNIÃO DA VITÓRIA", integrada pelos municípios de União da Vitória, Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas, Paulo Frontin, General Carneiro, Mallet, São Mateus do Sul, Antônio Olinto e Palmas.

§ 1° - Fica designado como sede da Região Administrativa, a cidade de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Realmente a centralização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, constitui um dos importantes aspectos da moderna administração pública.

O grande desenvolvimento econômico-social daquela região determina um tratamento especial por parte das autoridades estaduais, permitindo um acesso mais rápido da população aos diversos órgãos do Poder Executivo.

Esperamos o apoio desta proposição para criar com muita justeza a REGIÃO ADMINISTRATIVA DE UNIÃO DA VITÓRIA, integrada pelos municípios de: PORTO VITÓRIA, CRUZ MACHADO, BITURUNA, PAULA FREITAS, PAULO FRONTIN, GENERAL CARNEIRO, MALLETT, SÃO MATEUS DO SUL, ANTÔNIO OLINTO, PALMAS e, naturalmente, UNIÃO DA VITÓRIA, pois pertencem todas à mesma microrregião. Com isso, estaremos assegurando a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão administrativa regional, adequando-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado no âmbito regional, para organizar, planejar e executar a administração de interesse comum.

PROJETO DE LEI N° 171/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal Castro a Cerro Azul, com extensão de 130 quilômetros, passando pelo Distrito de Socavão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.91.

(a) DOMINGOS DE CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A estrada intermunicipal que liga os municípios de Castro e Cerro Azul, tem uma extensão de 130 quilômetros e um intenso tráfego de veículos, principalmente na região de Socavão, onde existe a maior reserva de calcário do Estado do Paraná, e é intensa a extração desse minério, razão porque tem um grande fluxo de veículos, inclusive caminhões de grande porte (carretas), de outros municípios e de outros Estados da União, por exemplo, São Paulo, Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, a região ainda apresenta pecuária de corte, de leite, agricultura (soja, trigo, milho, etc.), citri-

cultura, bicho-da-seda e indústria de papel.

Estadualizar a estrada intermunicipal acima descrita, é pertinente, dada sua importância para a economia do Estado do Paraná e as dificuldades para os municípios de Castro e Cerro Azul em mantê-la em perfeito estado de conservação.

PROJETO DE LEI N° 172/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Na forma do que dispõem os artigos 212 e 213 da Constituição Estadual, a execução da Política Habitacional do Estado será realizada pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Art. 2º - A execução da política habitacional do Estado, realizada pela COHAPAR, será integrada à da União e a dos Municípios, mediante a formalização de contratos ou convênios entre a COHAPAR e os órgãos competentes daquela ou desses.

Art. 3º - A política habitacional a ser desenvolvida pela COHAPAR objetivará a solução da carência habitacional do Estado.

§ 1º - Entende-se por carência habitacional a necessidade que possui a população de habitantes condizentes com a realidade humana, configurando-se como carecedor de habitação, todo cidadão que não possua casa própria, ou a possua em condições sub-humanas, assim consideradas as habitações que não seguem as normas mínimas ditadas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e padrões de higiene física e mental, pudor e segurança dos que a habitam, ou que venham a habitar.

§ 2º - A habitação, para estar dentro dos referidos padrões e exigências técnicas e legais, deverá dentre outros fatores mínimos, dispor de módulo sanitário, que possua lavatório, sanitário, área de banho, local apropriado para preparação de alimentos e ambiente de permanência prolongada com área mínima de seis metros quadrados por habitante. Esse ambiente deverá ser composto de um único cômodo para até dois habitantes e deverá ter cômodos complementares para cada quatro habitantes adicionais aos primeiros.

Art. 4º - A solução da referida carência será buscada através de:

- a) oferta de lotes urbanizados;
- b) oferta de financiamentos para construção de unidades habitacionais isoladas;
- c) construção de unidades habitacionais em conjunto a serem financiadas a adquirentes finais;
- d) gestão de poupança para a aquisição de unidades habitacionais e/ou de mate-

riais de construção para casa própria e oferta de consórcios para tanto;

e) estímulo à formação de cooperativas populares de habitação.

§ 1º - Entende-se por "lote urbanizado para moradia popular", aquele resultante de parcelamento de solo urbano dotado no mínimo de: água potável, destinação de dejetos sanitários (atendidas as condições de salubridade), escoamento de águas pluviais e acesso à malha viária urbana, sendo para tanto observadas a lei federal pertinente e a legislação e código de zoneamento municipais.

§ 2º - Serão beneficiadas e atendidas preferencialmente, famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional e, para tanto, deverá ser realizado e mantido pela COHAPAR, cadastro de controle, que incluirá todas as pessoas que tiverem acesso como beneficiários dos programas de habitação popular, sendo que desse cadastro serão expedidas certidões nominando, positiva ou negativamente se o pretendente já foi ou não beneficiado. O cadastro em tela será mantido com base em relatórios e informações mensais a serem obrigatoriamente enviados à COHAPAR pelas COHAB's e Cooperativas Habitacionais sediadas neste Estado.

§ 3º - Constitui-se a obrigatoriedade para todos os órgãos e empresas voltadas para habitação popular a exigência de certidão negativa a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º - As COHAB's ou Cooperativas Habitacionais, que deixem de atender a obrigação de dotar o cadastro da COHAPAR dos nomes dos beneficiários, terão suspensos os recursos para realização de novas obras a partir da constatação do ato omissivo, podendo voltar a concedê-los tão logo satisfaça a infratora as obrigações transgredidas.

§ 5º - As empresas loteadoras ou loteadores autônomos que pretenderem atender a população de baixa renda deste Estado, deverão realizar prévio cadastro na COHAPAR, informando os lotes produzidos e infraestrutura disponível, diante do que receberão certidão comprobatória, autorizativa da aprovação do loteamento e averbação do mesmo junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 5º - A COHAPAR deverá atender, no mínimo o déficit habitacional proveniente do crescimento anual da população de baixa renda do Estado, sendo que, para tanto, captará recursos de entidades financeiras do Sistema Financeiro de Habitação, por aumento de capital atendidas as condições legais, e geração de recursos próprios e dotação orçamentária a cargo de lei específica.

Art. 6º - Fica autorizado ao Poder

Curitiba, quinta, em 09.05.91

Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente lei a criar e dotar de recursos orçamentários o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR - FPHP, competindo a administração do fundo a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, foi criada pela Lei nº 5113/65, com a finalidade de solucionar o déficit habitacional no Estado do Paraná, dispondo, para isso essencialmente, de recursos do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

Mesmo com o grande empenho dessa Companhia, criando e implementando programas destinados às famílias mais carentes de nosso Estado, como, o Mutirão, o Auto-Construção, o Lotes Urbanizados, entre outros, o seu desempenho foi comprometido, atendendo, ao longo dos seus quase vinte e cinco anos de existência, a pouco mais de 350.000 paranaenses, pois os recursos do SFH, além de escassos, sempre tiveram um fluxo inconstante, acarretando períodos de alta produção revesados por períodos com produção medíocre. Essa inconstância impossibilita qualquer planejamento, a médio ou longo prazos, para o setor, quer pelo governo, com a manutenção ou criação de programas, quer pela iniciativa privada, com o aumento de sua produtividade (Materiais de construção e sistemas de produção) especialização de mão de obra e o desenvolvimento de tecnologia alternativa para habitação popular.

Esses têm sido os motivos predominantes para que a demanda de habitações em nosso Estado não tenha sido reduzida e, sim, tenha sido crescente ao longo dos anos, trazendo, com isso, a especulação imobiliária com o aumento dos valores das habitações e de seus alugueres, inviabilizando cada vez mais, o acesso das famílias paranaenses carentes a uma moradia digna e forçando-as com isso a promover ocupações irregulares, normalmente, em zonas de risco.

Para a elaboração e execução de uma política habitacional, faz-se necessária a definição de carência habitacional, de padrão mínimo de habitabilidade e de lote urbanizado, bem como, deve-se dispor, não somente da demanda de habitações e do seu crescimento anual, mas, também, das ações desenvolvidas para solucioná-las, pelo poder público ou pela iniciativa privada.

Cabe a lembrança de que a produção de moradias para a população de baixa renda, produz uma série de outros benefícios,

tanto de ordem social - redução da marginalidade, melhoria da saúde, contribuição para a organização comunitária e avanço na conquista da cidadania de milhares de famílias - quanto de ordem econômica - formação de mão de obra para a construção, geração de empregos para profissionais envolvidos, redução da necessidade de investimentos governamentais na área de segurança e saúde, etc.

A instituição do Fundo Paranaense de Habitação Popular - FPHP, delegada ao Poder Executivo, que tem e detém melhores condições de dota-lo de recursos orçamentários, visa dar a esperada solução de continuidade na execução da política habitacional paranaense, através de uma mensal destinação de recursos captados principalmente pelo próprio setor a ser determinada pela lei geradora, pois não se pode depender exclusivamente do Governo Federal ou Estadual para o enfrentamento do problema.

Esta a proposta de lei que espero seja aceita, apoiada e finalmente aprovada pelos demais pares desta Colenda Casa de Leis.

O SR. DALTON MACHUCA - "Muita saúva e pouca saúde, os males do Brasil são".

Proclamou décadas atrás o escritor Mario de Andrade. Pelo menos, metade da frase continua certa, aquela que se refere à saúde; mas a outra metade bem que poderia ser retocada, até porque é injusto responsabilizar as pobres saúvas pela coleção de desastros cometidos ao longo de tantos governos em Brasília.

Mais nocivos, bem mais funestos que as saúvas, são os impostos, sobre os quais são crucificados brasileiros sejam como pessoas físicas, sejam como pessoas jurídicas. Diga-se muito imposto e pouco saúde, os males do Brasil são e se estará bem mais perto da verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: assim começa um artigo da revista "Exame", intitulado "Muito Imposto e Pouca Saúde" escrito por Gustavo de Camargo, fazendo uma análise da pesquisa realizada pela revista "Exame" sobre a coordenação do Consultor Técnico STEPHEN KANITZ.

Em outro trecho o articulista diz: "O que apareceu como resultado da pesquisa, estarrece e indigna"; puxando o véu, surgiu aquilo que se pode classificar como trilogia da miséria e inépcia governamental no Brasil. Muito imposto, pouco salário e um serviço público pífio e insatisfatório.

O contribuinte brasileiro, cidadão ou empresa, paga imposto como na Bélgica e recebe em serviços como na Índia.

Segundo KANITZ ainda, não há Parque Industrial que consiga crescer e competir internacionalmente com ônus dessa nature-

za.

No Brasil, de todo o valor adicionado que é o total das receitas menos os gastos com a compra de matérias primas e bens de terceiros, ou seja, do lucro bruto das empresas, foi feito uma comparação entre as quinhentas maiores e melhores empresas do Brasil, pela "Revista Exame", na publicação "Maiores e melhores" e uma comparação com uma média das empresas americanas pela US INTERNAL REVENUE SERVICE, onde o valor adicionado na empresa brasileira, dos cem por cento do valor adicionado da empresa brasileira, 46,1% são destinados a impostos, enquanto na média do Governo Americano, na média das empresas Americanas, 7,6 são impostos. Ou seja, no Brasil hoje em dia, paga-se as empresas e não são só às empresas, porque é o consumidor final sempre que acaba levando a culpa e a responsabilidade por todos esses impostos, nós pagamos seis vezes mais impostos do que nos Estados Unidos:

Por outro lado, desses 100% do valor adicionado; no Brasil 21,5% se destinam a salários. Enquanto nos Estados Unidos 42% se destinam a salários. Ou seja, enquanto no Brasil, a empresa média brasileira trabalha a metade do ano para pagar impostos, nos Estados Unidos, a empresa trabalha a metade do ano para pagar salários.

Esse número continua em aspectos de pagamento de juros, depreciação, despesas diversas e lucros, onde aparece a empresa brasileira, pelo menos a nível de balanço, com 11% de lucro sobre o valor adicionado, enquanto a empresa Americana aparece com 4,7%.

Sobre essa diferença, cabe ressaltar o seguinte: O PIB Americano é de 17 vezes o PIB brasileiro, portanto, quatro vírgula sete por cento de lucro sobre um valor adicionado dezessete vezes maior do que o nosso, representa no mínimo oito vezes e meia mais lucro e mais investimento na atividade produtiva.

Além disso, a nossa legislação, a nova lei das S.A., na realidade uma lei de 1982, que estabeleceu critérios para correção monetária de balanço, ela corrige o patrimônio líquido e corrige o ativo permanente da empresa, mas não corrige os estoques. O que acontece? O lucro que a empresa nacional apresenta é completamente irreal. Na agricultura, é pior ainda, porque o custo ocorre seis vezes antes, em média, de quando ocorrem as vendas.

Fica claro que os trabalhadores brasileiros perdem a sua renda, mais para os impostos do que para o capital. Enquanto se discute a luta capital-trabalho, nós estamos deixando de lado uma luta extremamente importante, que é a luta de impostos-trabalho.

Segundo a pesquisa da revista "Exame",

ressalte-se, praticamente a totalidade dos representantes, 97%, considera a carga tributária alta ou muito alta. Noventa cinco por cento apontaram-na como os principais fatores de pressão inflacionária.

Cem por cento das empresas responderam ao questionário e consideram os serviços prestados pelo Estado incompatíveis com o custo dos impostos. E aqui, pasmem, quase metade das empresas 47%, reconhecem que a sonegação é uma prática habitual no seu setor.

Isto se deve por um fato muito simples e que a maior parte dos economistas conhece, que é um estudo feito por um economista americano, chamado Laffer, que desenvolveu uma curva que comprova que à medida em que aumenta a alíquota de impostos, a receita tributária aumenta até um ponto. Até um ponto tal em que começa a queda da arrecadação tributária, e passa a vigorar a lei do mais esperto, no País, que é a lei que hoje, de uma forma geral vigora, e que faz com que empresários do nível de um Antônio Ermírio de Moraes, falem que o Governo está "empurrando" as empresas para a ilegalidade.

Há praticamente um ano, eu fiz uma proposta que foi encaminhada ao Presidente da República: à então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello; ao Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, e hoje eu estou enviando novamente um Requerimento, diretamente do meu gabinete, ao Presidente da República, ao Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira... Senhor Presidente, eu usarei o Horário das Lideranças, obrigado.

Então, eu encaminhei um Requerimento com esta proposta, que é uma proposta de política salarial, que eu considero extremamente importante, extremamente atual, ainda mais hoje, quando nós estamos discutindo novamente uma política salarial mais duradora aqui no País, e também motivado por esta alteração ocorrida ontem no Ministério da Economia. Quer dizer, eu imagino que esta oportunidade, a minha proposta, a minha sugestão, vai encontrar eco junto à....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que, por favor, aguardem nas laterais.

O SR. DALTON MACHUCA - Eu espero encontrar eco, agora, a esta minha proposta, a este meu ofício - sugestão, que como eu estava dizendo, estou enviando ao Ministro da Economia, Marcílio Moreira; estou encaminhando ao Presidente da República; estou enviando ao Presidente do Congresso Nacional e com cópias aos nossos diversos representantes na esfera federal.

Curitiba, quinta, em 09.05.91

O ofício, que na realidade é um ofício sugestão, ele tem o seguinte teor: (Lê)

"A política salarial brasileira tem sido um dos "calcanhares de Aquiles" da administração federal, interferindo decisivamente em toda a movimentação econômica nacional. Existem as teses: indexação de salários e a livre negociação. Esta última a forma ideal, no meu entender.

Não podemos nos esquecer, entretanto, que é impossível resolver o problema por tais caminhos, dentro da realidade brasileira. Não se tem aqui no País, hoje, igualdade de poderes para negociação entre empregados, empregadores e a esfera executiva, federal, estadual e municipal, que de forma abrupta e desordenada interferem na economia, através de planos econômicos mirabolantes, inviabilizando assim qualquer forma duradoura de política salarial.

Portanto, a livre negociação, que seria a forma ideal, e no meu entender é a forma ideal, justa e democrática, está hoje descartada pela racionalidade.

O empregador que deve responder pelo cumprimento dos salários, está sujeito, pelos encargos que lhe são impostos de uma forma geral, a uma elevação de 100% no valor que desembolsa, se paga 10 custa 20.

Sem tal limitação poderia dobrar o salário do empregado sem aumentar o custo de produção. É pois hora de se estabelecer um prazo durante o qual o empregado tenha reposição automática no seu salário e o empregador ganhe o direito de redução diretamente proporcional, nos impostos devidos. Para ser práticos vamos nos deslocar para o campo dos exemplos: numa empresa cuja folha de pagamento alcançasse a soma de um milhão de cruzeiros, devendo ser efetuada uma reposição salarial, ocorrida no último mês, de 8%, e cuja soma de todos impostos, naquele mês, chegasse ao valor de dois milhões, e vejam que estes dois milhões de impostos em relação ao um milhão de salários não está longe, aliás está muito próximo da realidade dos números divulgados na revista "Exame", a empresa nacional, paga em média, o dobro de impostos do que paga de salários, se nós tivéssemos este mesmo exemplo, citado aqui acima, a empresa teria o direito de abater dos impostos devidos, naquele mês, exatamente o valor que ela aumentou de salários para seus empregados.

Aí vejamos: nesse mês a empresa pagaria a seus empregados salários com a reposição de 8%, ficando a sua folha equivalente a um milhão e oitenta. Em contrapartida, este acréscimo de 80 mil seria deduzido dos dois milhões devidos no mês, rateado proporcionalmente a cada tipo de imposto devido. Tal forma não pressionaria o custo de produção, possibilitando a tal empresa não aumentar os seus preços, tra-

zendo, aí sim, um aumento real de salários.

Nós fugiríamos do círculo vicioso de indexação de salários, aumento de preços. Poderíamos ter produção elevada, poder de compra mantido e conseqüentemente consumo maior, mais arrecadação de impostos e aumento de poder de compra, que é o que realmente importa.

Esta é a forma de os governos terem uma participação mais concreta na solução do problema, gerando assim o tempo necessário para a discussão e o encontro do caminho para a livre negociação. É uma forma simples e de total eficiência que depende apenas de boa-vontade e real divisão de responsabilidades para se concretizar.

Confiamos na verdadeira intenção do governo para que a solução brasileira possa ser realmente o caminho para o desenvolvimento econômico e social que almejamos para todos os indivíduos.

Este é o teor do ofício que estou enviando, como já falei, ao Ministro da Economia, ao Presidente da República, ao Presidente do Congresso Nacional, com cópia para a nossa bancada federal.

Por acreditarmos que hoje, mais do que nunca, ao se reiniciar a discussão sobre essa mesma política salarial, motivada pela alteração no Ministério da Economia, motivado por esta matéria, no mínimo intrigante que saiu na revista "Exame", é que a nossa proposta simples e de aplicação imediata se constitui na saída para o empregado e para o empregador brasileiros, duas categorias que já há muito vêm pagando a conta da ineficiência dos serviços prestados pelo governo. A cada pacote, a cada pacotinho, estes dois segmentos vêm sendo chamados a apertar os cintos, e com toda certeza eles não têm mais furos nos cintos.

Encaminhado este trabalho, espero dar a minha contribuição para a solução desse problema que está atravessado mortalmente na garganta do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa a presença do Prefeito de Malet, Senhor Lauro Baran, bem como a Vereadora Maria Amélia Tartaroti, Presidente da Câmara, Vereador Renato Zapszapka, 1º Secretário da Câmara daquele Município, e também do Senhor José Renato Lipski.

A presença deles é uma honra para todos nós, nesta tarde, nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa fará registrar nos Anais da Casa a presença das pessoas representantes do Município de Malet.

Deputado Ovídio Constantino, com a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Por quase três décadas a população brasileira lutou e esperou ansiosamente pela instauração ou reinstauração da democracia de nosso País, lutando pelas eleições presidenciais, que vieram a ocorrer dia 03 de outubro de 1989.

Os artifícios usados pelo atual Presidente para chegar à Presidência da República já nos referimos aqui em outras oportunidades, mas é válido recordar a enganação que se trouxe ao povo brasileiro através da rede plim-plim para a eleição de Collor para Presidente da República. As esperanças do povo brasileiro se redobram ao novo governo assumir a presidência do País.

O Presidente, com a postura de super-homem, com a postura de homem bravo, punhos fechados, palavreado autoritário, lembrando o estilo do ex-Presidente, "eu prendo e arrebro", nomeia um Ministério que depois de grande suspense, é anunciado à população, e o Presidente anuncia dizendo que esta equipe permanecerá até o fim consigo e que ele é o chefe da economia do País. "O chefe sou eu, a Ministra responde pelo Ministério". Vários Ministros daqueles que deveriam permanecer até o final do mandato, já se foram quando perceberam a fantasia em que tinham entrado.

Prazerosamente o País assistiu na noite de ontem, ao já esperado pedido de demissão da Ministra Zélia, que por sinal já veio muito tarde. Se o Presidente Collor, que tinha nas mãos as rédeas da economia, e nesse momento que o Governo tenta dizer que tudo está sob controle, a Ministra cai, a prova aí está, o sinal aí está, que o plano ou os planos quebraram, que o governo fracassou, após ter quebrado o Brasil. Pelas informações vistas na imprensa a partir de ontem à noite, dá para entender e perceber a linha que virá para o País, para a economia do País, com o novo Ministro. O povo brasileiro, os descalçados, os pés descalços, pelo que estamos vendo, vão continuar perdendo as camisas, os calçados, a roupa toda, a comida da mesa, a saúde e assim por diante. Os mais de cinco milhões de desempregados vão ver a perda aquisitiva, além disto já é o menor salário desde 1940, que se tem notícia no País. Os sem-terras, os agricultores, os descapitalizados, vendo sua situação piorar.

Por que prevejo isto? Porque o que vimos, os meios de comunicação dizerem a partir de ontem, é que pelas entrevistas feitas pela "Rede Globo" com mais de uma dezena de empresários, refletia a preocu-

pação dos mesmos, sem falar na classe trabalhadora.

O Sr. Marcílio Marques Moreira tem muitas boas relações com a comunidade financeira internacional, mas não tem afinidades com o problema interno do País.

A constatação triste que faço, que a nossa bancada faz, é de que o FMI e os credores internacionais estão privilegiados no novo Governo com a nomeação do novo Ministro. Até porque o ministro é banqueiro, ex-vice-presidente do Unibanco e tem compromissos de classe, com certeza, de afinar as cordas com os banqueiros nacionais e internacionais.

Para concluir, tomara que nossas previsões estejam erradas. Vamos esperar que o povo, a massa de marginalizados, de povo massacrado neste País com as experiências deste Governo, este povo já desesperado com esta situação, não seja mais uma vez co-baia para a equipe do Governo Collor.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell, com a palavra.

(Declina).

Havendo declinado, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PT.

(Declina)

Consulta a Liderança do PL.

Com a palavra, o Sr. Deputado José Colom-bino Grassano.

O SR. JOSÉ COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Dois motivos me trazem à tribuna desta Assembléia nesta tarde. O primeiro é requerimento de congratulações pela passagem do 75º aniversário do ilustre cidadão Dr. João Havelange, Presidente da Federation International of Football Association - FIFA.

Sr. Presidente, esta Casa votou a Lei Estadual nº 188, onde estabelecia nova divisa para os municípios de Arapongas e Apucarana. Esta matéria foi levada até o Tribunal Superior de Justiça, que definitivamente declarou ineficaz a Lei Estadual nº 188.

Ontem, o Norte do Paraná, foi supreen-dido por uma declaração do Prefeito Municipal de Apucarana, anexando uma área de 21 alqueires do território de Arapongas, que foi objeto de litígio e de apreciação pelo Tribunal Superior, gastando cem milhões de cruzeiros envolvendo o nome do Sr. Governador Roberto Requião, envolvendo o Banco do Estado do Paraná, num gesto de verdadeira irresponsabilidade, cometendo crime de desobediência diante de uma decisão do Tribunal Federal.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a decisão do Supremo Tribunal

Curitiba, quinta, em 09.05.91

Federal dando para o Município de Arapongas, o direito de manter esta área como parte do seu território. Apucarana ao querer anexar esta área ao seu território, pensa trazer ao município o sentimento de trabalho e de responsabilidade que é a característica maior do Prefeito Municipal, Antônio Grassano Júnior.

Não se constrói um parque industrial anexando uma área de um município que tem a sua vocação de trabalho apenas pelo prazer de criar um fato novo. Um prefeito municipal que diz que iria colocar nas portas um "mata burro" para que os vereadores do Partido do PMDB não entrassem na Prefeitura Municipal. Um prefeito municipal que age dessa forma, sem tranqüilidade e sem respeito até mesmo com sua Câmara de Vereadores pode mesmo tomar atitudes como tomou ontem, de inteira irresponsabilidade, querendo anexar ao seu território uma área que sempre pertenceu ao Município de Arapongas.

Sr. Presidente, fiquei emocionado na sessão anterior, quando o ex-Prefeito Municipal Eurides Moura, que hoje honra esta Assembléia com sua presença fez destacada atuação do Prefeito municipal de Arapongas, e o Município de Arapongas pelo que ele contribui para o progresso desse Estado. Município hoje que é o primeiro parque moveleiro do Estado do Paraná, é o segundo parque de indústrias alimentícias, detém dentro do seu território a maior empresa de defensivos agrícolas do País de capital nacional. Tem no seu território 330 indústrias e dentro da jurisdição da receita estadual onde está o município de Apucarana, Arapongas recolhe aos cofres do Estado do Paraná ICMS correspondente a 54%, quando a contribuição do Município de Apucarana é apenas de 32%. Esta é a participação de um grande município. Município que cresceu com o trabalho de seus homens. Eu fui o primeiro Prefeito Municipal a fazer a pavimentação asfáltica. Na minha primeira gestão, asfaltei as ruas, calcei as ruas, coloquei água, construí escolas, instalei o curso científico, nas nossas administrações nós transformamos a pequena cidade de Arapongas hoje num orgulho do Estado do Paraná, o 12º município em contribuição estadual de impostos, nós recolhemos três vezes mais tributos federais do que o Município de Apucarana, e nós não avançamos sobre território de ninguém.

Nós respeitamos o direito de todos, e as nossas administrações as duas vezes que passei pela Prefeitura Municipal e as duas vezes em que o Prefeito Antonio Grassano Junior, administra Arapongas sempre fizemos com dignidade, sempre fizemos com respeito, não alardeamos, não fizemos da administração pública um instrumento para a promoção pessoal,

não fizemos da administração pública um trampolim para conquistar postos em outros escalões do Estado do Paraná; nós fizemos um trabalho de extrema responsabilidade...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Muito obrigado a Vossa Excelência.

Eu quero corroborar com tudo que Vossa Excelência está afirmando na tribuna porque eu tive a felicidade de ser apoiado em 1978 pelo então Prefeito Antonio Grassano e também acompanhei a vida pública de Vossa Excelência correligionários que éramos do antigo PSD. Sei da obra magnífica que a família Grassano fez em Arapongas: pegou um minúsculo município e elevou-o à condição de 12º município do Estado do Paraná em arrecadação, a sua indústria é um orgulho para o Estado do Paraná e é exemplo que deveria ser seguido e imitado por todos os municípios. Lembro também quando Vossa Excelência criou o Distrito Industrial de Arapongas, que foi o primórdio, que foi o ponto de partida a construção daquele magnífico parque industrial.

Vossa Excelência conta com a minha solidariedade no caso da questão de limites entre Apucarana e Arapongas, mesmo porque, conhecendo como conheço o atual Prefeito de Arapongas, um homem digno, um homem correto, um homem que tem emprestado todo o seu valioso apoio ao progresso daquele município necessita nesta hora da solidariedade dos homens de bem do Paraná.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência aliás, andamos juntos algumas décadas, Senhor Deputado Erondy Silvério, juntos palmilhamos este Estado e juntos já fizemos alguma coisa em favor da nossa gente. O testemunho de Vossa Excelência muito me honra e muito me engrandece e eu transfiro esta homenagem ao povo da Arapongas.

Em 1959, Sr. Presidente e Srs. Deputados, analisando a minha administração, órgãos da imprensa nacional deram Arapongas um dos dez municípios de maior progresso neste País. E, hoje, o Prefeito Municipal de Arapongas está enfrentando um grande problema: 130 novas empresas estão pleiteando terrenos para se instalarem em nosso município; está sendo feito um projeto para a implantação do 3º parque industrial; estamos projetando a construção de 5.000 (cinco mil) novas moradias para o trabalhador e estamos oferecendo, nos próximos vinte meses, cinco mil novos empregos no município de Arapongas. Esta é a nossa participação para o progresso do Paraná.

E fica aqui a nossa repulsa, fica, levando a minha dúvida sobre a participação

do Sr. Governador Roberto Requião e do Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná nesta jogada publicitária do Prefeito Municipal de Apucarana. Terei a oportunidade, na próxima segunda-feira, de voltar a esta tribuna para transmitir as declarações que estão aqui do Prefeito Municipal de Apucarana, envolvendo o Sr. Governador Roberto Requião e o BANESTADO nesta transação imobiliária, que permitiu que Sua Excelência o Prefeito Municipal de Apucarana, através de empresas, adquirisse imóveis no município de Apucarana, imóveis esses que não podem ser registrados na circunscrição imobiliária de Apucarana, conforme declarou o seu próprio titular.

Fica a minha dúvida para que, na segunda-feira, eu, voltando a esta tribuna, possa fazer maiores esclarecimentos à Assembleia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

(Declina)

PDT com a palavra.

(Declina)

PRN com a palavra.

(Declina)

PSDB com a palavra.

(Declina)

PMDB com a palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Nesses quase 60 dias da administração do Governador Roberto Requião já sabemos de suas prioridades que nortearão os próximos quatro anos: a educação, saúde, segurança, habitação e emprego.

Na educação principalmente, já estamos sentindo a ação do Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, bem como da Fundepar, dirigida pelo Sr. Superintendente Maurício Requião. Já foram adquiridos, nos dias 16 a 22 de abril, 2.500 toneladas de alimentos para a merenda escolar, bem como os projetos já levados a todas as escolas estaduais do Paraná, priorizando inicialmente a reforma de todos os prédios escolares.

Na quinta-feira passada, fomos testemunhas e estivemos em Maringá com o Superintendente e com todos os Diretores das escolas da microrregião 9ª solicitando concorrências para que esse serviços em convênio com associações de pais e mestres, que deverão trazer até amanhã, dia 10 de maio, os orçamentos para darem início imediatamente às reformas de todas as escolas da microrregião de Maringá, de toda região, bem como de todo o Paraná.

Queremos parabenizar o Sr. Governador,

o Secretário de Educação e o Superintendente da Fundepar, por essa agilização de recursos e reformas tão necessárias a essas escolas.

Com o apoio de 28 municípios, foi nomeado para o núcleo regional de ensino de Maringá, o Professor Manoel Gomes que já vinha exercendo um magnífico trabalho nesse setor, com a sua formação profissional...(LÊ)

2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- CURSO DE 1º GRAU

E.E. Osvaldo Cruz - ELG de Maringá-PR.
Seminário Vicente Palotti - Londrina-PR.

- CURSO DE 2º GRAU

Seminário Vicente Palotti - Londrina-Pr.

Curso Técnico de Contabilidade - Maringá-Pr.

- CURSO DE 3º GRAU

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guaxupé-MG

Curso de Letras Anglo-Portuguesas

3 - VIDA PROFISSIONAL

- Professor de 1º e 2º Graus desde 1964 em Maringá, em estabelecimentos Estaduais e Particulares.

- Professor do Ensino Superior na Fundação Universidade Estadual de Maringá e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul.

- Diretor de Estabelecimento de Ensino Estadual durante 12 anos em Maringá.

- Coordenador Regional da Dinamização das Associações de Pais e Mestres, abrangendo 12 municípios.

- Professor de Cursos promovidos pela SEED/CETEPAR.

- Chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá de 1986 até março de 1991.

- Reconduzido ao mesmo cargo em março de 1991, através do Decreto nº 293/91, em nosso poder.

Queremos parabenizar Sua Excelência o Secretário de Educação, parabenizar também o Sr. Governador pela nomeação desse ilustre professor e cidadão da cidade de Maringá.

Os trabalhos desenvolvidos, enquanto chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, reestruturação do Núcleo Regional de Maringá que se encontrava totalmente desestruturado, imprimindo uma nova visão do enfoque administrativo e pedagógico, procurando melhorar o nível de qualidade de atendimento ao público, bem como aos vinte e sete municípios sob sua jurisdição.

Imprimiu uma nova dimensão às diretrizes pedagógicas e administrativas emanadas do SEED procurando atender à proposta política para educação do Estado do Paraná. Descentralização do Núcleo Regional

Curitiba, quinta, em 09.05.91

de Educação no atendimento a todos os estabelecimentos de ensino com visitas e reuniões periódicas para o perfeito conhecimento da realidade e das suas necessidades. Participação, orientação e acompanhamento da implantação do Sistema de Informática de administração da educação. Implantação de inúmeros programas de educação especial no atendimento aos deficientes mentais, visuais, auditivos e físicos. Na implantação de cursos de segundo grau em vários estabelecimentos de ensino em Maringá e região o desenvolvimento de vários projetos educacionais em parceria com a Fundação Universidade Estadual de Maringá, procurando capacitar docentes do primeiro e segundo grau à educação especial até mesmo na fabricação de aparelhos, equipamentos para atendimento aos deficientes.

Esta, Srs. Deputados, viemos aqui registrar este fato para satisfação de Maringá, para satisfação de toda a microrregião nove com a nomeação do ilustre cidadão e professor Manoel Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Artur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoioamento.-Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza a conversão em cabines duplas os veículos tipo pick-up ou caminhonetes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com Substitutivo Geral de Plenário. Com PARECER FAVO-

RÁVEL da C.C.J. ao Substitutivo Geral. - Aprovado o Substitutivo Geral.

O projeto irá à Redação Final.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Ofício n° 21/91, que cria no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.J., com Substitutivo Geral do Tribunal de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., ao Substitutivo Geral. - Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 999-A, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1006, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1005, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, com apoio do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 1004, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1000, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 1010, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. A Mesa vai encaminhar sem a votação porque não temos atribuições para perquirir, mas encaminhará o requerimento.

Requerimento n° 999, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Eurides Moura, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 999-B, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos n°s 996 e 997, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati. N°997, com apoio dos Srs. Deputados Colombino Grassano e Dr. Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. - Retirados pelos autores.

Os requerimentos se conflitam. A Mesa consulta os autores dos requerimentos, se devo submetê-los à votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, esses requerimentos foram aqueles que demos entrada na sessão de ontem. Estamos retirando esses requerimentos por um outro que já está na mesa e que engloba os dois.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirado o requerimento.

A Mesa solicita ao Sr. 1° Secretário que proceda à leitura do novo requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (João Arruda) (Lê):

Requerimento n° 1008, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Emília Belinati e Dr. Rosinha, constante do expediente, solicitando a aprovação das conclusões e propostas do Fórum de Debates sobre o Ensino Superior. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Nós indagamos à Mesa sobre o tratamento que está sendo dado a este requerimento: se ele está vindo na forma de um substitutivo aos anteriores, ou os anteriores foram retirados e este se trata de um novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os anteriores foram retirados e se encaminha este novo requerimento que tem um sentido mais ou menos igual ao outro, mas é um novo requerimento.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Há sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell. Requer votação nominal aos requerimentos de debates para o ensino superior. Em votação. Rejeitado.

Vai-se proceder à votação do requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Emília Belinati, Doutor Rosinha, conservem-se como estão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu gostaria que fosse constatado os votos favoráveis dos Deputados Algaci Túlio, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Colombino Grassano, Heinz Herwig, Elío Rusch, Paulo Maia, Ovídio Constantino, Dr. Rosinha, Ernani Pudell, Cezar Silvestri,

Geraldo Cartário, Nilton César Servo, Dalton Machuca e João Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Foi rejeitado o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está rejeitado o requerimento.

Encontram-se aqui em Curitiba, na Assembleia, o pessoal da firma do placar eletrônico. Creio que deverão terminar o serviço na segunda-feira.

Consulto o Plenário se faremos sessão na segunda-feira ou se deixamos o pessoal técnico trabalhar.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero apenas me parabenizar com a presteza com que a Mesa encaminhou a instalação do painel eletrônico. De nossa parte, Excelência, com relação à sua solicitação, se não for possível para os técnicos a instalação na sexta-feira, sábado ou domingo, e se não tiver outra alternativa, nós concordaríamos com a suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

Curitiba, quinta, em 09.05.91

está sendo informada que os técnicos trabalharão ainda hoje, amanhã e voltarão na terça-feira ou na quarta.

Então haverá sessão na segunda-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para esclarecer: temos entre nós a presença de um assessor da COPEL que pretende um contato com as lideranças partidárias tendo em vista o interesse do presidente daquela entidade, Dr. Francisco Gomide, de que os Srs. Deputados façam uma visita à Usina de Salto Segredo em construção por aquela companhia.

Então, tão logo terminar a sessão, gostaríamos de conversar com as lideranças para que pudessemos ajustar a data da visita.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de lei n°s 119, 137 e 144/91.

Levanta-se a sessão.